



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 08/2018

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 24, 27 e 28 de fevereiro

RECOMENDAÇÃO

Assembleia Municipal Jovem

As mudanças sociais, económicas e culturais a que assistimos nos últimos 50 anos mudaram a forma como os cidadãos percecionam as instituições e como interagem com elas. Da mesma forma, foram crescendo um desinteresse e desencanto generalizados com a coisa pública e uma progressiva desvalorização da importância da participação coletiva. A crise económica da primeira metade desta década e o aumento das desigualdades sociais que daí resultou acentuaram esse sentimento de frustração e de desconfiança dos cidadãos relativamente às instituições. De acordo com os índices de qualidade de vida da OCDE, Portugal é ainda um dos países que apresenta maior défice de participação cívica e isso reflete-se não apenas na participação política mas também na participação em associações, coletividades e instituições de solidariedade social.

Este divórcio entre cidadãos e instituições é ainda mais visível se nos concentrarmos nos escalões etários mais jovens. A título de exemplo, são cada vez mais os frequentes os casos de estudantes universitários que desconhecem por completo alguns fundamentos básicos sobre o funcionamento do sistema político, dos órgãos de soberania e do poder local, o que reflete um défice evidente do nosso sistema de ensino relativamente à educação para a cidadania e uma insuficiência estrutural na forma como as instituições se relacionam com os cidadãos mais jovens que, aos 18 anos, são chamados pela primeira vez a votar sem nunca terem tido antes outro contacto com as instituições que vão eleger.

Não podemos continuar a conceber a participação cívica com os mesmos modelos do século passado. Temos de adaptá-la e abri-la às exigências das sociedades modernas, através de políticas públicas que criem novas formas mais criativas e mais dinâmicas das instituições se relacionarem com os cidadãos.

Neste sentido, é da maior importância criar novos mecanismos de participação e cidadania complementares dos canais tradicionais da democracia representativa que possam reforçar a ligação dos cidadãos mais jovens às instituições, à coisa pública e à vida coletiva do nosso concelho. Os orçamentos participativos são exemplos desses mecanismos que têm sido implementados com sucesso ao nível local por cada vez mais autarquias e também no panorama nacional com o lançamento, por parte do Governo, do Orçamento Participativo Nacional que apresenta uma modalidade especificamente dirigida para as escolas, tendo sido recentemente criada outra nova modalidade dirigida para os segmentos populacionais mais jovens no geral. Outro desses mecanismos é a Assembleia Municipal Jovem (AMJ), uma iniciativa já desenvolvida em vários concelhos

do país, existindo um caso de êxito no nosso distrito – o do Município de Sesimbra – que já implementou a AMJ há cerca de 15 anos e que tem recebido várias menções de louvor pela forma como o projeto tem sido desenvolvido em conjunto com as escolas do concelho. A AMJ consiste numa simulação da Assembleia Municipal em que participam geralmente estudantes do 3º ciclo e/ou do ensino secundário. Tem como objetivos fundamentais:

- A familiarização com os órgãos do poder local e o seu funcionamento;
- Formar cidadãos ativos e participativos na comunidade local e na sociedade em geral;
- Desenvolver um maior sentimento de pertença à comunidade, na medida em que proporciona um contacto dos estudantes com os eleitos locais e com os assuntos da *polis*;
- Desenvolver competências de reflexão crítica, de comunicação e argumentação;
- Sensibilização para as questões de consciência coletiva e para a importância da participação cívica e política.

As AMJ têm ganho cada vez mais visibilidade no panorama nacional. No Barreiro, chegaram a ser realizadas nos últimos anos algumas sessões semelhantes mas em formato mais reduzido e pouco sistematizado, tendo a última edição conhecida do público decorrido em 2015. Invariavelmente, a iniciativa contava apenas com a participação dos alunos do 2º ciclo e era realizada de forma casuística, com fraca divulgação junto da comunidade educativa do concelho e com pouco envolvimento desta assembleia. O propósito desta recomendação é reimplementar este projeto no nosso concelho com um novo fôlego e com um novo formato mais dinâmico em muito semelhante ao Parlamento dos Jovens desenvolvido pela Assembleia da República:

- Inicialmente, a AMJ começaria por ser desenvolvida com as 5 escolas secundárias do concelho e com a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, com o objetivo, porém, de criar, a prazo, um segundo escalão para alargar o projeto ao 3º ciclo. Sem prejuízo de ser criada outra programação específica com o mesmo objetivo, a AMJ não é porventura o formato mais adequado ao 2º ciclo do ensino básico;
- Cada edição anual terá um tema específico sobre o qual deverão incidir as propostas apresentadas;
- Haverá um professor que ficará encarregue da organização da iniciativa em cada escola e pela articulação com a autarquia;
- Os estudantes organizam-se em listas e apresentam um conjunto de propostas para a cidade dentro do tema previamente definido no plenário de escola que terá a presença de um deputado municipal;
- Os plenários de escola terão a presença de um deputado que fará uma breve apresentação sobre as competências e funcionamento das autarquias locais. Os 6 plenários serão divididos pelos 5 grupos políticos representados na Assembleia Municipal do Barreiro de forma a garantir a pluralidade da iniciativa no seu todo, isto é, a cada grupo político ficar atribuído pelo menos um plenário de escola. A atribuição dos plenários de escola aos grupos políticos é feita de forma rotativa, ano a ano. Os serviços da Assembleia Municipal do Barreiro disponibilizarão um suporte digital para a apresentação dos deputados;
- Cada escola é representada na AMJ por um número de deputados proporcional ao seu número de alunos. O número de deputados eleitos por cada lista é definido proporcionalmente pelo método de Hondt;
- No plenário da AMJ, os deputados eleitos na sessão de escola apresentam as suas propostas que são debatidas e votadas. O plenário da AMJ terá a presença de membros da Assembleia Municipal e do executivo municipal;
- No final do plenário, são eleitos porta-vozes da AMJ, em número a definir, que terão direito a uma visita guiada pelo Presidente da Câmara Municipal do Barreiro aos serviços da Câmara. A visita será seguida de uma reunião com membros do executivo e da Assembleia Municipal para discutirem a implementação das propostas aprovadas.

Recomenda-se também que o futuro Orçamento Participativo do Barreiro inclua uma rubrica destinada às escolas (à semelhança do que acontece com o Orçamento Participativo Nacional) que possa ajudar a financiar algumas das propostas e dos projetos apresentados pelos alunos. É uma forma de interligar estes dois mecanismos de participação da autarquia numa lógica integrada.

A AMJ pode ser um importante contributo para uma cultura de participação mais aberta e mais dinâmica no Barreiro.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 24 de Fevereiro de 2018, recomenda à Câmara Municipal do Barreiro que:

- 1- Seja implementada a Assembleia Municipal Jovem do Barreiro em conjunto com as escolas do concelho, tendo por base o formato proposto na presente recomendação;
- 2- Crie uma rubrica dentro do Orçamento Participativo do Barreiro que permita financiar algumas das propostas apresentadas pelos estudantes no plenário da Assembleia Municipal Jovem e desta forma apoiar a sua implementação, enquadrando estes dois mecanismos de participação numa lógica integrada.

Aprovada por unanimidade.

Barreiro, 24 de fevereiro de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro,



André Pinotes Batista

